

E QUANDO O SONHO TE PRESSIONA? MOVIMENTO D@S TRABALHADOR@S DESEMPREGAD@S EM BRASÍLIA¹.

Rafaella Tamm

Bacharel em Antropologia pela Universidade de Brasília – UnB

Resumo

As ações políticas da luta pela terra, que completaram 20 anos com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, inaugurando formas específicas de protesto social que afetaram ou criaram espaços para novas organizações sociais. Através do trabalho de campo etnográfico, busco questionar e compreender a participação e atuação feminina dentro do Movimento d@s Trabalhador@s Desempregad@s, mostrando o cotidiano, momentos e personagens extraordinários. Neste trabalho, me proponho a analisar a trajetória de vida e atuação de uma militante do MTD na cidade de Brasília, que dentro desse espaço de estabelecimento e (re)configurações de identidades, reavalia sua inserção e atuação no Movimento após o descobrimento de sua gravidez. Ela é negra, militante, jovem de 29 anos, solteira, não possui trabalho fixo e em breve tornar-se-ia chefe de família; a sua situação de exceção não é compatível com nenhum membro do MTD, sendo a única mulher que trabalha como militante e agrupa tais características. Abordo as dificuldades de deixar para trás uma história construída para abraçar um movimento social, fazendo dele o ponto central de sua vida e, apesar disso, lidar com o reconhecimento da totalidade de seu trabalho.

Palavras-chave: militância, movimento social, Brasília.

I. E QUANDO O SONHO TE PRESSIONA? ABIGAIL

- “E como eu vou fazer com essa criança debaixo da lona preta?”.

Abigail demonstrava preocupação quanto a sua permanência no Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD - e a saúde de seu filho, enquanto colocava as mãos na barriga, grávida de cinco meses. Sua participação como militante e membro ativo do Movimento estava sendo alterada por problemas de saúde decorrentes da gestação: precisou diminuir a frequência da sua assistência no grupo de alfabetização e mudar sua rotina de trabalho dentro do Movimento.

Ela se esforçava para manter uma função que assegurasse sua participação no Movimento e sempre repetia: “É o que alimenta você, alimenta a sua esperança”. Ela vivia para o MTD, apesar das

¹ - Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

dificuldades, não abriu mão de ministrar as reuniões dos núcleos² dentro do acampamento, mesmo com a saúde frágil. Estas aconteciam no período da noite, quando é uma das coordenadoras - tinha a função de ajudar a resolver desde problemas entre os vizinhos até planejar as reuniões semanais.

Abigail deu prosseguimento ao seu trabalho temporário numa lanchonete durante o dia, conciliando com a militância. Estava preocupada em não conseguir juntar dinheiro o suficiente para manter seu filho até poder voltar a procurar trabalho. Já que não possuía carteira assinada e emprego fixo, não teria direito a nenhum benefício do Governo ou à licença maternidade. A relação com o pai de seu bebê sempre me pareceu delicada, por isso não contava com a ajuda dele, pois estava desempregado e não possuía renda.

Os exemplos dados por suas companheiras de Movimento que, ao receberem alta após o parto, voltavam com seus recém-nascidos para o acampamento, tranquilizavam-na e tornavam sua rotina e a espera pelo parto menos angustiante. Elas retornavam para suas famílias junto com seus bebês, para morar debaixo de uma lona preta e permanecer na luta pela terra. Estavam sempre dando conselhos para Abigail e dizendo que era importante dar mais água e leite materno para que a criança não ficasse desidratada, porque “morar ali não mata ninguém”.

Algumas mulheres que já tinham filhos e outras com experiência no cuidado de crianças, dedicavam a atenção e utilizavam parte do seu tempo para visitar a casa de Abigail, já que ela era considerada mãe inexperiente e ‘sem muito jeito’. Uma série de simpatias, receitas de chás para o bebê e para a mãe e uma lista de alimentos permitidos ou proibidos eram temas recorrentes. Algumas mulheres, como Dona Ana e Dona Conrada, tinham grandes conhecimentos sobre as plantas do cerrado e, sempre que alguém estava se sentindo mal ou doente, as duas eram as primeiras a ser consultadas.

Em uma de minhas visitas à casa de Dona Conrada, fui acompanhada por Abigail e seu bebê. Enquanto cortava o fumo e arrumava o papel para fazer um cigarro, Dona Conrada comentava como Abigail era uma mãe que não sabia de nada, que mesmo sem ter filho nenhum, qualquer mulher sabia mais do que ela. Durante nossa visita comentou sobre os hábitos alimentares de Abigail:

Dona Conrada - “É uma bobagem das grandes acreditar no que esses médicos falam... Pediatra não sabe é de nada! Eu trabalhei na casa de um brasileiro que era casado com uma espanhola. A

² - Os núcleos são subdivisões dentro do acampamento. São formados por dez famílias e são coordenados sempre por um homem e uma mulher. Têm o objetivo de organizar as pessoas, distribuir tarefas, discutir problemas e manter as mesmas informadas sobre o Movimento. Atualmente existem quatro, mas de acordo com Abigail já chegaram a ter nove. Na primeira formação dos núcleos, as famílias foram divididas a partir das posições de suas casas, mas não houve êxito porque alguns integrantes tinham idéias divergentes dos escolhidos para formar a coordenação e por isso não conseguiam trabalhar juntos. Depois de algumas reuniões, ficou decidido que era permitido trocar para o núcleo em que houvesse mais afinidade com os coordenadores.

mulher tinha acabado de ter bebê... Uma vez fui pegar o filho do patrão e percebi que ele estava com cheiro ruim na moleira, e perguntei se a mãe do menino estava comendo ovo. Ela respondeu que sim e eu ‘desci a língua’! É um absurdo a mulher comer ovo e tomar leite depois de ter bebê ou menstruada. Todas as minhas irmãs depois de terem filho, ficaram um ano sem comer nenhuma dessas coisas... Nadinha mesmo. E a comida do hospital? Imagina comer abacaxi depois do parto, faz muito mal. Parece que eles querem é matar as mães!” (Entrevista concedida no dia 20 de setembro de 2007). Dona Conrada nunca teve filhos e conta orgulhosa como ajudou suas irmãs a criar seus sobrinhos, Abigail sempre me parece muito atenta a seus conselhos e preocupações.

A descoberta de sua primeira gravidez depois de alguns meses morando no acampamento e a sua destacada atuação como militante fizeram com que Abigail recebesse atenção especial. A possibilidade de ter um filho e poder criá-lo no acampamento, com todas as dificuldades, já era considerada uma conquista que todas as mães poderiam dividir, desejando que a próxima pudesse ser a terra para morar e trabalhar.

Estar debaixo da lona preta, grávida ou com seu filho recém-nascido evidencia que todo sofrimento que envolve o processo de luta pela reforma agrária legitima o merecimento pela terra. Para Abigail existia uma crença na lona preta (SIGAUD, 2005). Uma mulher grávida participando das tentativas de ocupação é um exemplo claro para se perceber que esses rituais influem sobre o corpo político por intermédio do agente simbólico do corpo físico (DOUGLAS, 2002), é o sacrifício do corpo.

A gravidez fez com que o tempo na luta fosse apreendido de forma diferente. Os nove meses em trânsito dentro das ações de ocupação e do acampamento, reuniões, criação ou desenvolvimento de projetos são percepções da passagem do tempo, deslocando-se entre perdas e ganhos. Em análise da luta por terra no Recanto das Emas, Borges afirma que:

“... quando alguma coisa acontece como previsto ou desejado, o tempo foi ganho; quando as expectativas são frustradas, perde-se tempo. Nessas situações ordinárias do cotidiano vemos referências a um tempo manipulável, que ora se perde ora se ganha, mas que é sobretudo exterior aos sujeito” (2005: 70).

Ao participar de uma ocupação de terra, esperando seu bebê, acompanhando o desenvolvimento legal do processo de desapropriação, todo o tempo investido era transformado em ganho. Conviver com outras mães e seus filhos pequenos dentro do acampamento enquanto permanecia na luta pela terra, também era tempo ganho. O tempo é considerado perdido quando se olha para trás e percebe-se que foram quatro tentativas de ocupação e ainda não se tem o assentamento.

Essas questões são observáveis na fala de Abigail: “Teve esses dias que eu estava com meus problemas, e eu pensei: ‘Eu vou embora, porque eu acho que já perdi tempo demais...já é um ano e 6 meses que a gente está nessa batalha!’ É mais ou menos isso, que a gente tá aqui debaixo da lona, assim, pra quem tá trabalhando por mais que você esteja assim, você tem um salário no fim do mês e tá tudo bem...Você com suas contas pagas e tem coisa pra comer, mas quando você tá parado totalmente, e você vê que não tem nada pra fazer e sabe que no fim mês não vai ter dinheiro, qualquer ser humano se preocupa e aí tinha dias que eu me preocupava e dizia: ‘Meu Deus, vou embora e não agüento mais isso aqui não!’”. Daqui a pouco eu dizia: ‘O que? Depois de tanto tempo eu vou embora? Vou nada...Quem quiser ir embora que vá, não vou de jeito nenhum!’ Mesmo que eu seja a única a ficar, eu vou ficar. O MTD é um Movimento realmente pra mudança, só não muda mesmo quem não quiser” (Entrevista concedida no dia 8 de dezembro de 2006).

Para falar da passagem do tempo, todos os entrevistados e pessoas com quem conversei em minhas visitas, envolvem suas lembranças das ações do Movimento e a perda de seus empregos. Esses acontecimentos aparecem sempre associados as falas de todos. O tempo que os indivíduos dedicam à luta ou ao Movimento são dados que surgem sempre relacionados às narrativas das ações e ocupações, enquanto as datas raramente são citadas em seus discursos.

Fazendo uma análise com base na teoria de Leach, o intervalo existente entre as tentativas de ocupação é um ‘período’. Sem essas ocupações esses períodos não existiriam e toda ordem sairia da vida social, já que o tempo é ordenado por meio dessas ações.

“Falamos na medida do tempo, como se o tempo fosse uma coisa concreta à espera de ser medida; mas de fato nós criamos o tempo através da criação de intervalos na vida social. Até que tivéssemos feito isto, não havia tempo para ser medido” (2006: 207).

Os termos **ocupação** e **desemprego** permeiam e são recorrentes nas falas das pessoas que fazem parte do Movimento, sendo utilizados para resgatar alguma memória, para ordenar o tempo e fazer relatos sobre suas vidas.

Tive a oportunidade de conhecer Abigail quando fui ao acampamento do MTD pela primeira vez. Juntamente com Chicão, eles formam a coordenação de um dos núcleos e, nesse dia, foram nossos anfitriões e acompanharam o grupo de alunos da Universidade de Brasília em um reconhecimento da área que estava sendo ocupada. Ambos passaram horas nos explicando a trajetória do Movimento e narrando as ações desde que ele havia sido trazido para Brasília, como suas derrotas e conquistas. Durante a apresentação da área pude notar e confirmar, de acordo com o andamento do meu trabalho de campo, uma grande variação das organizações familiares e das pessoas que compunham o acampamento. Muitos núcleos domésticos eram feitos de mulheres com seus filhos e, em um número

menor, de mulheres, filhos e maridos. Abigail era a única mulher que morava sozinha (atualmente o Movimento conta com a ajuda de uma outra militante que também vive só). Entretanto, desde minha última ida ao acampamento existiam mais homens nessa mesma situação.

Além da boa articulação de nossa anfitriã, outro fator despertou meu interesse ao fim de nossa visita, quando ela nos convidou para tomar um café. Durante uma conversa, Abigail afirmou que não era casada e não tinha filhos (ela ficou grávida um mês depois da nossa ida ao acampamento). Ela é negra, jovem de 29 anos, militante, não possui trabalho fixo e, em breve, tornar-se-ia chefe de família criando seu filho sozinha. A sua situação de exceção me chamou muita atenção já que não era compatível com mais nenhum membro do MTD. Abigail não se juntou ao Movimento seguindo algum parceiro - a maioria das mulheres que integram o MTD abraçaram decisões tomadas por seus maridos ou companheiros, compartilhando o sonho de conquistar seu ‘pedaço de chão’ – ou por algum membro de sua família (como no caso analisado por Cristiani Bereta da Silva intitulado ‘Relações de Gênero e subjetividades no devir MST’, em um assentamento do MST, sobre gerações das famílias que permanecem na luta pela terra). Sua própria insatisfação com a condição de vida e a busca de oportunidades por uma vida digna foram os motivos para sua entrada no Movimento, recusando-se ao papel de Macabéia³, não desejava e nem aceitava ser mais uma ‘nordestina comum’ tentando a vida na cidade grande.

Seu filho Lucas nasceu em março de 2007 e teve como primeira casa o ‘Acampamento Palmares’. Depois de seu nascimento, perguntei como estava sendo o trabalho de militância e ela respondeu que não entrava na classificação de militante, já que não poderia mais viver para o Movimento, estando totalmente comprometida com seu filho, mas sempre fazia o que podia para ajudar. De acordo com ela, sua preocupação era aprender cada vez mais para poder ajudar as pessoas do acampamento e se manter estimulada para se dedicar ao trabalho interno. Desde o início do meu trabalho de campo, percebi que Abigail continuava comprometida com as mesmas tarefas dentro do Movimento, durante e depois da gravidez. Ela continuou ministrando as reuniões dos núcleos (Lucas está sempre presente) e mantendo constante o seu ritmo de trabalho. A discussão que eu proponho está relacionada com a visão masculina diante da militância exercida pelas mulheres, que como pude observar, parece subjugada dentro das relações internas; ou talvez a discussão seja um pouco anterior, calcificada nas diferentes e restritas possibilidades de atuação de homens e mulheres, pública ou privada, presença ou ausência de valor. As mulheres não são consideradas genuinamente envolvidas com o Movimento porque precisam dividir sua atenção com a família, o que indica que o homem

³ - Faço referência a personagem do livro “A hora da estrela” de Clarice Lispector.

sente-se pouco responsável ou totalmente descolado das atividades domésticas, já que os militantes não percebem seus filhos e suas esposas como interferências em sua atuação no MTD. Utilizo um trecho do artigo de Segato, que se inspira, por sua vez na obra de Michelle Rosaldo (1974), para fazer uma análise do comportamento masculino: onde existe a circulação de homens nas esferas pública e doméstica, revezando-se com as mulheres em seus afazeres, possibilitam uma igualdade maior entre os gêneros. Apenas posso supor que se houvesse tal trânsito dos homens que fazem parte do Movimento entre as esferas, o trabalho da militância feminina seria reconhecido e valorizado da mesma forma que a masculina. De acordo com Segato:

“Observamos, nos últimos anos, um avanço no que poderíamos chamar da ‘dimensão funcional do gênero’ ou seja, a mulher ascendeu e até substituiu o homem em papéis que implicam o exercício do poder. Contudo, isto não garantiu uma reforma nos afetos. A entrada da mulher no páreo das interações afetivas, calcada ainda na modalidade da sua entrada na cena originária, se modificou pouco” (1998).

A história de vida de Abigail é parecida com a da maioria dos que se uniram na luta pela terra e fazem parte do MTD. Não nascida em Brasília, veio de uma cidade muito pobre na Bahia com 16 anos, onde não havia emprego nem oportunidade de ‘crescer na vida’. Quando tomou a decisão de tentar viver longe de casa, foi pressionada por sua mãe e seus quatro irmãos homens para permanecer na cidade em que todos moravam:

Abigail – “Eu sou baiana, morava na Bahia... Vim com aquele sonho dourado de trabalhar e estudar. ‘Então eu vou embora pra uma cidade maior porque lá eu vou estudar e fazer faculdade!’ e eu saí de lá com esse sonho. Só que quando você chega, a realidade é bem diferente. Cheguei achando que ia estudar e ir pra uma faculdade, porque meu sonho sempre foi ter um curso superior e ter uma profissão... Eu morava numa cidade não muito pequena, mas era uma cidade muito pobre, onde não tem trabalho. As pessoas até têm um lotezinho pra morar e tudo mais, o que é o caso da minha mãe, a gente tem onde morar mas é dentro da cidade, não tem como plantar uma horta porque os lotes são pequenos, não tem como você ter trabalho nenhum. A educação lá não era tão ruim, mas faculdade só se você fosse pra uma outra cidade pra fazer... Cidade grande como Santa Maria da Vitória... Mas uma cidade pobre, onde não tem oportunidade, de jeito nenhum. Quem se formava na época, que terminava o ensino médio, seria professor ou faria contabilidade. Eu me perguntava: eu não tinha tendência pra ser professora, eu não sei ensinar ninguém, eu não tenho paciência! Era a única coisa que tinha pra fazer... Eu não me dou bem com matemática, o que eu vou fazer? E eu ficava naquela... Estava fazendo a sexta série, e eu vou estudar até o final pra ver o que eu posso fazer. E tinha aquela coisa de lá (Brasília) tem muito concurso público, você termina os estudos e depois faz um estudo melhor, termina

e faz um concurso e está com a vida ganha. Tudo isso na cabeça de um adolescente é um sonho. Só que quando eu cheguei aqui me deparei com ‘Opa, você não tem instrução’, e se você não tem instrução suficiente, vai ter que fazer um trabalho doméstico, era o trabalho que tinha pra fazer”(Entrevista concedida no dia 8 de dezembro de 2006).

Sua família insistia em prever seu futuro de perdição e frustrações, caso fosse morar em Brasília, tentando deixar claro para Abigail que a mulher pertence ao domínio doméstico. Em seu livro “Mulheres Públicas”, Michelle Perrot analisa os papéis privados das mulheres, preocupando-se em esclarecer o lugar feminino no espaço público deixando a mostra um deslocamento de fronteiras. Recuperando o pensamento francês do século XIX, afirma:

“A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira... Nas sociedades que pensam o político, isso se traduz por uma divisão racional dos papéis, das tarefas e dos espaços sexuais... No século XIX, as mulheres se mexem, viajam. Migram quase tanto quanto os homens, atraídas pelo mercado de trabalho das cidades, onde acham emprego principalmente como empregadas domésticas” (1998: 9).

A dicotomia do público e do privado é ainda constante na construção das identidades de homens e de mulheres. Optar pela militância e trabalho em um movimento social agravava ainda mais a situação de Abigail aos olhos de sua família, para eles o público é de atuação restrita aos homens. Ela não poderia deixar sua mãe para trás, trocando a convivência familiar por esse tipo de trabalho.

Depois de quatro anos em Brasília e enquanto passava por dificuldades, resolveu vender todos seus pertences e retornar para a casa de sua mãe. Foi uma tentativa de restabelecer sua vida perto da família escapando das pressões da cidade. Quando chegou, os questionamentos diante do que foi considerado um fracasso por seus irmãos e sua mãe a fez voltar e tentar viver mais uma vez na capital. Durante uma entrevista ela fez o seguinte relato: **“E quando o sonho te pressiona?** Eu queria uma vida diferente da minha mãe. ‘Vou embora porque eu tô cansada disso aqui’, no meio da semana já tinha dado tudo que tinha em casa, comprei uma passagem e fui pra Salvador e falei ‘Tô indo pra casa, eu vou pra casa’ e aí, eu fiquei lá dois meses e a pressão era muito maior, ‘Ah, por que você passou todos esses anos lá? Você estudou? Você não tem uma profissão definida e você não foi pra faculdade igual você queria’ e eu me sentia muito pressionada. ‘Então você não fez nada, você jogou seu tempo fora... se você tivesse em casa você teria feito sua faculdade, já teria ido pra outra cidade, teria feito um maior esforço pra você ter estudado e olha o que você fez, foi pra lá fazer nada ’, minha mãe dizia pra mim. Então eu me sentia péssima, e pensava ‘Ela tem razão’ e me sentia pior porque eu sabia que tinha lutado e sabia que eu não tinha conseguido, não porque eu não lutei, mas porque realmente as forças

das circunstâncias não dava, ela não conseguia entender que eu saí de casa muito cedo e que as coisas não eram do jeito que a gente pensava que seriam e mesmo assim ela me pressionava, e eu ficava muito mal” (Entrevista concedida no dia 8 de dezembro de 2006).

Conheci sua mãe durante o meu trabalho de campo e pude saber um pouco de sua história de vida, durante breves relatos feitos por Abigail. Enquanto as entrevistas ou conversas informais aconteciam, eu percebia que sua mãe fazia parte de um contexto fluido, hora no papel de repressora, tentando impedir a saída dela de casa, e outras no papel de heroína, trabalhando para sustentar e criar seus cinco filhos sozinha.

Após seu parto, Abigail começou a sentir fortes dores de cabeça, sentir-se muito mal e percebeu um mau cheiro constante em seu corpo. Voltou para o hospital e descobriu que ainda tinha ‘resto de parto’ como ela mesma disse. Seu filho nasceu de parto normal e a limpeza de seu útero não foi feita com os cuidados necessários, o que causou uma infecção e a necessidade de permanecer alguns dias internada no hospital. Abigail também teve problema com a amamentação: achava que seu filho estava muito doente porque chorava muito, quando descobriu que seu leite era insuficiente. Foi preciso complementar a alimentação de Lucas com a ajuda no Banco de Leite Materno.

Sua mãe veio da Bahia para passar alguns dias no acampamento e ajudar nos cuidados do bebê enquanto Abigail estava internada. Precisou ficar mais tempo do que planejava devido às complicações do pós-parto. Durante a única oportunidade que tivemos de conversar, ela demonstrou clara insatisfação com as escolhas de sua filha, ainda lamentando sua opção de tentar a vida em Brasília. Ter um filho naquele momento tornaria a sua vida muito mais difícil, especialmente sob aquelas condições de moradia e trabalhando para o Movimento: “Abigail veio pra cá e não conseguiu arrumar trabalho e nem terminou os estudos. Ela não virou ninguém nessa vida e ainda arrumou um bebê... não que eu não goste dele, estou muito feliz, mas não era a hora... Ainda mais nesse acampamento”. O desagrado de sua mãe se torna muito claro a partir de nossa conversa, quando sua única filha não segue o plano imaginado por ela: fazer parte do papel tradicional de mãe, casada e dona de casa. Arriscar essa condição ‘certa’ por caminhos duvidosos e se afastar do seu universo familiar são problemas graves, de difícil compreensão para sua mãe. A partir do momento que educação oferecida na escola é considerado um degrau para alcançar o casamento e ter filhos, utilizo a análise de Chodorow (1979: 77) para compreender o papel das meninas na sociedade moderna:

“O desenvolvimento do papel sexual das meninas é mais complicado na sociedade moderna. Por um lado, elas vão a escola se preparar para a vida numa sociedade social e tecnologicamente complexa. Por outro, há uma impressão de que tal aprendizagem é um pseudo-treino. Não pretende interferir no treinamento muito mais importante de ser ‘feminina’, esposa e mãe, que é incutido no

desenvolvimento inconsciente da menina e sua mãe demonstra no contexto familiar onde ela é claramente o elemento mais destacado”

Talvez sua experiência de vida seja a referência mais forte para compreender seu medo a angústia defronte as opções de sua filha: o pai de Abigail abandonou a família quando ela tinha um ano e meio, afirmando que se não pudesse criar seus filhos separado da esposa, não contribuiria com mais nenhum tostão. Deixou para trás cinco crianças pequenas e mulher que eram sustentadas por ele. A mãe de Abigail conseguiu trabalho como lavadeira e de acordo com Abigail “Se virava como podia, criou cinco crianças sozinha e eu tive coragem de sair de lá e dizer: ‘Vou trabalhar e ter uma profissão!’ A minha história tem que ser diferente”.

Sair de casa e investir sua vida militando para um movimento social parece uma opção equivocada para sua família, de base estritamente patriarcal, onde a mulher que se relaciona diretamente com a política causa estranhamento e não é vista como personagem natural dentro da esfera pública. A ausência de direitos políticos, modificados através do exercício do voto a partir de 1932 (quando Getúlio Vargas promulga por decreto-lei o direito feminino ao voto), a restrição educacional, limitações profissionais – desvalorização da força de trabalho feminina, podem “explicar a lacuna ainda existente em relação a presença das mulheres nos espaços de representação política, quando comparada a dos homens” (ARAÚJO, 1998). Não havendo acesso igualitário a representações políticas, torna mais consistente a idéia de que as mulheres pertencem ao domínio da família e privado, enquanto o homem é associado à dominação da atividade pública, onde está a participação política (CASTILHOS BRITO, 2001).

Ao chegar em Brasília, vindo pela primeira vez, Abigail precisou parar seus estudos e trabalhar como doméstica durante dois anos. Após esse período inicial de adaptação teve a oportunidade de frequentar o ensino fundamental noturno, conseguindo finalmente conciliar ao mesmo tempo as suas jornadas de trabalho e estudo. Depois de perder seu emprego, foram oito meses alternando entre serviços temporários e procuras por um novo trabalho: “Tinha que trabalhar pra cobrir aluguel e trabalhar pra comprar material escolar. A minha jornada era dupla, com dois empregos ao mesmo tempo. E quem trabalha não tem como estudar. Eu pensava que dava conta de fazer os dois. E você precisa fazer uma pesquisa, a matéria é essa, o professor explicou com meia dúzia de palavras mas se você não faz uma pesquisa profunda, você não aprende, não adianta! É muito pesado. Eu andava muito revoltada com a vida. Eu sempre trabalhei e como é que pode? Eu não consigo comprar um lote, não consigo sair do aluguel e não tava feliz com essa vida” (Entrevista concedida no dia 8 de dezembro de 2006).

Abigail tem um amigo que conhece desde criança que, como ela, mudou-se da Bahia para Brasília ainda jovem. Por seu intermédio, teve contato com algumas pessoas do MST e MTD e começou a se interessar pelo Movimento. Participou de algumas reuniões, conheceu o projeto do MTD e a partir daí deu início ao seu trabalho de base⁴: “E eu achei que a minha revolta tinha que ser canalizada em alguma coisa, eu andava num estresse tão grande. Pense bem: você trabalha o dia todo, corre o dia todo, chega na sua casa de aluguel, desse tamanho (fez um pequeno círculo juntando as mãos) que mal cabe você, e você olha e só tem a televisão pra olhar pra ela. E você olha e pensa que não é o que você quer. Na primeira ocupação eu não pude ir, tava prontinha pra ir, mas pra mim estava inviável porque eu ainda trabalhava na lanchonete. Teve a primeira ocupação e eles foram despejados, teve a segunda. Na terceira eles conseguiram aquela área, ele (seu amigo de infância) falou pra mim que agora eu não tinha mais desculpa, estávamos bem próximos. E ele disse que se eu não fosse agora não precisava ir mais, aí ele fez a fichinha na hora e no mesmo dia eu peguei as trouxas e desci aqui no acampamento. O Movimento foi muito bom pra mim, no princípio foi uma experiência que eu acho que todo mundo precisa passar, não é fácil, você que está acostumado, por mais que você more de aluguel, more num barraco pequenininho que tenha uma janelinha, e às vezes nem janela, só uma porta. E você deparar com um povo que mora debaixo de uns pedaços de pau, a realidade é bem cruel” (Entrevista concedida no dia 8 de dezembro de 2006).

A insatisfação com a sua condição, falta de oportunidades dignas de trabalho e busca de uma vida melhor foram fatores determinantes para seu ingresso no MTD. Morar debaixo da lona preta durante esse período, a espera do espaço destinada à construção do assentamento entre outras virtudes, tornam Abigail merecedora da terra que proporcionará um futuro melhor para ela e seu filho.

Em minha última visita ao acampamento, Abigail contou-me do apoio que os militantes do Movimento estão dando a ela desde o nascimento de seu filho. As creches públicas de Brasília não oferecem cuidados para bebês da idade de Lucas (seis meses) e como ela precisava voltar a procurar trabalho, não encontrava meios de deixá-lo sem cuidados. A diretoria do MTD está contribuindo com uma quantia suficiente para que ela possa dar continuidade a seus projetos dentro do MTD e dedicar sua atenção ao bebê, e pela primeira vez ela está recebendo o suporte financeiro que é dado aos militantes.

I. 1 O PÚBLICO E O PRIVADO : ASSIMETRIA NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

⁴ - Trabalho de base é um entre vários processos de divulgação e de convencimento das idéias dos movimentos sociais.

Na construção das democracias ocidentais, a presença das mulheres nas instâncias de representação, aconteceu acompanhada de definições políticas e normativas, na organização da vida social, que deram forma a direitos e espaços, para mulheres (privado) e para homens (público), gerando-se um conceito de cidadania deformado para as mulheres (ARAÚJO, 1998). O primeiro direito político adquirido pelas brasileiras, só foi exercido através do voto a partir de 1932 (antes mesmo de países como: França, Argentina, Japão e Suíça e depois dos Estados Unidos – 1920 – e da Nova Zelândia – 1893), e talvez essa inclusão tardia sirva como apoio para explicar a fissura que existe em relação à presença feminina nos espaços de representação política, quando comparada à masculina. Entretanto esses direitos legais concedidos às mulheres, não foram suficientes para reverter à expressiva assimetria de espaços (ARAÚJO, 1998).

Entre as diversas participações no universo da política brasileira, selecionei as atuações das mulheres militantes no período da ditadura militar e as que trabalham para o MTD. Em seu artigo, Garcia (1997) analisa a militância feminina em organizações revolucionárias clandestinas no Brasil e na Argentina nos anos 60 e 70, baseando-se em entrevistas e autobiografias de mulheres que participaram dessas organizações e sofreram vários tipos de repressão pelo Estado. Atuar como uma militante em organizações contra o governo ditatorial, era tratado como uma dupla transgressão: na primeira a mulher se torna uma ‘fora da lei’, devido às condições impostas pelo período em questão. Na segunda transgressão “a conduta das militantes também desafiava o código de gênero de sua época”⁵, referindo-se a qualquer participação das mulheres na política que não era bem vista socialmente (GARCIA, 1997). As militantes daquele período, abriam mão de toda construção de suas vidas, do privado – de seu verdadeiro nome, o universo que engloba família, profissão e relacionamentos afetivos – e adotando identidades falsas – para romper com laços que remetiam a vida pregressa. As mulheres que se juntavam a essas organizações e viviam na clandestinidade pagavam caro quando descobertas pelos órgãos repressores: mortes, torturas, abusos sexuais, encarceramento, exílio e todos os tipos de danos causados a sua vida (IDEM). O autor afirma ao longo de seu texto, baseando-se em depoimentos, que o saldo aponta para o reconhecimento dessas organizações clandestinas como mundos masculinos, em que as mulheres participavam em desvantagem e só adquiriam sua emancipação de acordo com seu desempenho. Distancio-me da pretensão de analisar todo o período vivido pelas sobreviventes das ditaduras militar da Argentina e do Brasil⁶, mas através

⁵ - FERREIRA, Elisabeth apud GARCIA, Marco Aurélio. *O Gênero da Militância – notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política*. Cadernos Pagu (8/9) 1997: 326.

⁶ - Não é o propósito desse trabalho encontrar, apontar estratégias ou fazer comparações, entre as atuações governamentais para inibir tais organizações clandestinas das ditaduras militares e os movimentos sociais atuais.

dessa pequena contextualização e levando em consideração os fatos citados, acredito na pertinência de se fazer uma comparação através desse recorte, analisando as participações das mulheres que investiram suas vidas nos movimentos, mesmo em épocas distintas, com desempenhos e objetivos diferentes.

A idéia das transgressões ainda parece ser aplicável nos dias de hoje: a participação das mulheres na política continua sendo desaprovada em certos segmentos da sociedade, como pode ser visto na família de Abigail que não aceita e não apóia seu trabalho como militante do MTD; não são mais vistas como ‘foras da lei’ mas sofrem com perseguições, prisões e atuações violentas por órgãos do Governo do Distrito Federal. As mulheres abrem mão de suas casas e mudam-se com ou muitas vezes sem suas famílias para o acampamento, em alguns casos saem de outros Estados – afrouxando laços familiares, profissionais e sentimentais – para trabalhar ou se unirem ao MTD. Quase sempre, abrem mão de uma trajetória de vida anterior apostando tudo que têm no sonho do Movimento. Percebo que todos os questionamentos relacionados a trabalhos e permanências que surgiram para Abigail durante sua gravidez, sejam resultado desse caminho inverso, receio de um novo tipo de relação que estava se estabelecendo, novos laços que estavam se formando. Vejo por esse motivo, a existência dessa preocupação em sempre estar ativa dentro do MTD durante a gravidez, mesmo muito doente, para mostrar que era aquela a escolha que ela tinha feito para sua vida. Em comparação, os homens dificilmente fazem relatos do que deixaram para trás, o que não quer dizer que não sofram tais ausências como as mulheres. Utilizo a análise de Chodorow como uma pista para compreender de que forma essa condição se estabelece:

*“Na vida adulta, a interação feminina com outras mulheres em muitas sociedades é baseada na família e atravessa linhas de geração. Seus papéis tendem a ser próprios e a envolver relações de responsabilidades difusas, ao invés de específicas. Na maioria das sociedades, as mulheres são **definidas** em termos de relação (como esposa, mãe, filha, nora; mesmo uma freira se torna a Noiva de Cristo). As associações masculinas (embora possam ser baseadas tanto na família como na integração) estão mais aptas do que as femininas em atravessar unidades familiares, a serem restritas a uma única geração e a serem recrutadas de acordo com critérios universais envolvendo relações e responsabilidades definidas por sua especificidade” (1979: 80).*

Quando essas mulheres rompem com essas definições em termos de relação deixam de fazer parte dessa restrição. E se integrar à militância pode ser visto como uma ruptura dessas definições, passando para o outro lado que é considerado dos homens. Mesmo que essas mulheres abram mão de

Considero válida e extensão da relação analisando as circunstâncias que permeavam as vidas das mulheres militantes dos anos 60/70 e as que se dedicam aos movimentos sociais.

suas vidas e se dediquem exclusivamente para o Movimento, não parece ser suficiente. A militância ainda é um mundo masculino? Como foi discutido anteriormente e será abordado ao longo do trabalho, observando atuações e trabalhos dentro do MTD, os homens são maioria. Até meus últimos dias em campo e fazendo uma avaliação numérica: eram cinco homens trabalhando como militantes (nenhum deles mora no acampamento – Júnior foi o único que morou durante um certo tempo mas se mudou pro Paranoá assim que seu filho nasceu) e duas mulheres (ambas moram no acampamento).

Apesar de estarem em menor número, as mulheres estão lidando de forma diferente com a dita resistência para ocupar um ‘lugar político’ dentro do Movimento. Posso citar o exemplo de Abigail, que começou a trabalhar para o MTD e se tornou militante após seu estabelecimento no acampamento. Antes disso ela nunca teve acesso a qualquer literatura para a formação de militantes e quando teve contato pela primeira vez com o projeto do Movimento logo se interessou pela causa e iniciou seu trabalho através da coordenação dos núcleos. O não envolvimento feminino é considerado, de modo geral, um problema que prejudica o desenvolvimento do MTD porque, na maioria dos casos, essa ausência é interpretada como fruto das relações de poder e existência de hierarquias. Algumas mulheres ainda acham que isso é trabalho para seus maridos. E as que trabalham para o Movimento querem que essa situação seja revertida. De acordo com sua pesquisa desenvolvida com o MST, Cristiani da Silva afirma:

“Em primeiro lugar, porque uma das preocupações do MST a partir de 1980 foi incorporar algumas discussões de orientação feminista bastante fortes nessa década. Depois, porque se investiu muito nas mulheres como sujeitos militantes, com direitos, mas sobretudo deveres no interior do Movimento. Essas preocupações, de certo modo, também reconstituíram partes dos discursos de “igualdade” e “emancipação feminina” que marcaram presença nos enunciados socialistas a partir do século XIX” (2004: 270).

Fazer uma análise das relações de gênero dentro do acampamento é um exercício crítico de reflexão sobre o poder, a igualdade, as transformações, as novidades, elementos presentes regularmente que dão substância aos discursos do MTD (SILVA, 2004). E o nível de envolvimento com a política pode ser resultado dessas relações, já que a maioria das mulheres ainda não se sente ‘à vontade’ para participar.

O ato de falar publicamente já havia sido colocado durante algumas conversas e entrevistas com Abigail “Quando você se depara com pessoas que não sabiam falar quase nada e às vezes falavam com você e você não entendia praticamente nada do que elas estavam falando, e depois de um tempo você a vê falar em uma reunião, totalmente desenvolta é muito bom, é uma coisa que não tem preço!”. E falar em público pode ser considerado uma prática totalmente nova para a maioria das mulheres,

como foi analisado no trabalho de Cristini da Silva, quando as mulheres falam, ainda lidam com as complexas situações e circunstâncias que fazem parte do interior das relações de gênero:

“Quando falam, suas palavras dividem atenções com suas pernas e seios, além de, muitas vezes também, confundirem-se com sua própria vida íntima” (2004: 278).

A historiadora Michelle Perrot, traz o contexto político nas assembleias francesas composta por 90% de homens, quando as mulheres puderam tardiamente representar os cidadãos. Praticamente não se encontram mulheres oradoras e a autora apresenta a seguinte análise:

“Tão logo uma mulher toma a palavra, todos se preparam para se aproveitar de suas dificuldades. Sua voz, seus gestos, seu look, todo o seu corpo é objeto de um exame em que predominam o irônico e o vulgar. Principalmente se, além disso, ela for jovem e bonita. Ela é encurralada e se torna alvo de brincadeiras que visam abaixo da cintura, numa tradição gaulesa considerada um sinal de virilidade” (1998: 129).

Existem propostas para que essa situação seja revertida dentro do Movimento, incentivando a participação de casais como coordenadores dos núcleos dentro do acampamento, impulsionando contribuição de todos nos trabalhos coletivos, tornando as questões de gênero tema constante nas discussões das reuniões e nos projetos sociais. Como foi citado anteriormente, e será desenvolvido no próximo capítulo, encontro em alguns momentos (principalmente dentro da militância e no que envolve os trabalhos femininos para o Movimento), divergências entre o discurso e a prática.

A questão do trabalho da mulher resgata a dicotomia do público e do privado. Além dos bicos realizado fora de casa, ela ainda lida com a dupla jornada: cuida de seus filhos e da casa. As mulheres do Movimento que fazem esses trabalhos temporários conciliam suas atividades profissionais com todas as outras tarefas domésticas. Entretanto, percebe-se que a grande maioria das que são casadas ou vivem com seus companheiros no acampamento, dedicam-se exclusivamente ao cuidado da casa e das crianças. Outro fator é que nem todas estão em busca de trabalho. Quando se ocupam do Movimento e da militância, sua participação não é apreendida na totalidade de seu empenho porque está distribuída entre papéis familiares e atuação política. O que causa a impressão de que cuidar de seus filhos, da casa e fazer parte da militância não pode ser conciliado com harmonia. Marilyn Strathern em um artigo sobre as novas formas econômicas das terras altas da Papua-Nova Guiné, trata das relações econômicas a que homens e mulheres estão submetidos. Nos fornece alguns dados sobre as despesas das mulheres que trabalham resgatando acontecimentos que restringem as participações de ambos os sexos nas esferas do público e privado:

“As mulheres eram mais suscetíveis a gastar seu dinheiro com as crianças, com comida quando esta era escassa, com roupas, sabonete (mulheres gastando com sabonete e fazendo-se

*atraentes sendo uma fonte real de suspeitas), querosene, taxas escolares, e assim por diante. Esse "consumo" podia ser retoricamente construído como gasto pessoal, e era tido pelos homens como tipicamente feminino. Em contrapartida, as mulheres queixavam-se do consumo dos homens devido à cerveja e à sua grande capacidade para desperdiçar altas somas de **kinas** (dólares) em atividades inúteis, o qual contrastava com sua poupança virtuosa de **toea** (centavos) obtidos com dificuldade” (1998).*

Strathern etnografou terras distantes que, a partir desse foco, não parecem estar tão longe da realidade econômica de algumas mulheres que trabalham e vivem no acampamento. O dinheiro que elas recebem através dos bicos, não é encarado como um ganho individual, ele é automaticamente revertido para a casa, onde estão incluídos os gastos com os filhos, alimentação e despesas do lar. Os homens participam contribuindo com o pagamento de várias contas, mas em alguns casos observados, reservam uma quantia para entretenimento pessoal (bebida, deslocamentos etc.).

Em minhas visitas ao acampamento, pude notar que apenas os homens que não dividem a casa com alguém cumprem as tarefas domésticas e, mesmo assim, ainda existe a situação de Seu Onias como exceção. Ele está aposentado por invalidez (possui como renda sua pensão do INSS e faz alguns serviços fabricando redes de pesca) e, mesmo possuindo casa em Sobradinho onde moram sua mulher e seus filhos, juntou-se ao MTD. Ele recebe visitas semanais de sua esposa que faz a limpeza da barraca e prepara algumas refeições⁷.

‘A casa’ como construção cultural e social é considerada domínio das mulheres – o privado – enquanto o que resta parece pertencer ao domínio dos homens – o público (SILVA, 2004), porém, os homens que moram sozinhos no acampamento transitam entre essas duas esferas, subvertendo parte dessa lógica de domínios. O ambiente doméstico não se limita apenas a uma barraca e sua arquitetura, já que se encontra perfeitamente identificada pelos vizinhos por um número, uma família, com seus bens móveis e imóveis, seus ganhos e as pessoas que a ela pertencem. Os trabalhos ordinários que envolvem a casa (organização, cuidado com a horta e animais) se misturam entre atividades domésticas, econômicas e com o exterior da casa; e durante as épocas de calor intenso, os espaço doméstico se estende para seu exterior (HERRERA, 1998), coexistindo com o ócio que toma conta das pessoas durante longos períodos do dia. Quando as mulheres sem vêem impossibilitadas de ficar dentro de suas barracas devido ao calor no acampamento, transferem algumas atividades para fora de suas casas e procuram realizar as mesmas socializando com outras mulheres: buscam água juntas,

⁷ - Eu tive a oportunidade de descobrir isso em uma visita à sua casa. Ele me ofereceu água gelada para matar a sede, e mostrou-se orgulhoso, já que o acampamento não dispõe de energia elétrica, dizendo que a sua mulher tinha trazido logo de manhã.

lavam suas roupas, costuram e preparam alimentos. Na casa de Chicão, o tanque que sua mulher costuma lavar as roupas e louças fica exatamente debaixo da janela e, durante os dias quentes, ela realiza suas tarefas do lado de fora ao mesmo tempo que observa seus filhos e monitora os alimentos que estão sendo preparados. As casas de Abigail e Dona Conrada possuem áreas externas com banquinhos e cobertura. Praticamente em todos os momentos que eu estive com elas durante minhas visitas, conversamos nesses espaços.

Todos que montam suas barracas no acampamento têm o compromisso de fazer as manutenções necessárias para o bom convívio de todos, as externas para que o espaço público não sofra interferência e as internas para que se adquira mais privacidade ou para que não haja interferência na vida dos vizinhos. Em uma de minhas visitas ao acampamento presenciei a queima de uma das barracas após a mudança de seu ocupante, quando os vizinhos não suportavam o mau cheiro e as más condições externas, obrigando o homem apontado por seus hábitos condenáveis a montar sua barraca em um local diferente.

Na última ocupação e a única que tive oportunidade de acompanhar pude perceber que a maioria das pessoas leva para os primeiros dias algumas roupas, produtos de higiene pessoal, cobertores e velas. Com a confiança adquirida com o passar dos dias, alguns buscavam outros pertences em suas casas e traziam até artigos que, a primeira vista, servem apenas de ornamentação – como vasos com flores e porta retratos – para se construir ou relembrar a casa que foi deixada para trás. Tanto os homens quanto as mulheres se voltam para objetos que representem uma casa, que carregam consigo nesses períodos de transição. Em uma de minhas entrevistas, Dona Conrada relatou: “Até as telhas eu vou levar, eu não trabalhei pra deixar isso tudo aqui... Comprei tanquinho, comprei telha e paguei gente pra me ajudar com tudo isso aqui (construção do galinheiro e da cerca). Eu trabalhava e ganhava pouco, mas comprei algumas coisas, fiz um empréstimo com o INSS e eu acabei de pagar em fevereiro. Eu trabalhei aqui pertinho, no Flamingo. Foi até me aposentar... Antes disso eu já tinha sido doméstica e passadeira... Trabalhei para muitas pessoas de embaixada que sempre quiseram me levar pra morar fora do Brasil, mas eu nunca tive vontade de ir. A minha casa é aqui mesmo” (Entrevista concedida no dia 13 de setembro de 2007).

As relações que todos eles estabelecem com suas moradias torna-se muito interessante se vistas a partir da ótica da permanência: todos trabalham muitas horas para construir suas barracas, investem o dinheiro que têm disponível (em vários casos fazem empréstimos) e empenham grande parte de seu tempo para manter e organizar as barracas. Tudo isso é feito sem saber exatamente o tempo de permanência que ainda resta no acampamento ou sem imaginar se, em algum momento, a Polícia Federal pedirá reintegração de posse das terras que foram cedidas. Mesmo que seja um local

temporário, eles parecem não pensar nisso, fazem de todos os lugares por onde passam, não apenas locais onde constroem fisicamente suas casas, mas sim, lares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, C. *Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil*. Estudos Feministas, vol. 6, n.1, p 71-90, 1998.
- BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2003
- CASTILHOS BRITO, M N. *Gênero e cidadania: referenciais analíticos*. Estudos Feministas, vol. 9, p 291-298, 2001.
- CHODOROW, N. *Estrutura familiar e personalidade feminina*. Em Michelle Zimbalist Rosaldo & Louise Lamphere (Orgs.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- DOUGLAS, Mary. *Purity and Danger: an analysis of concepts of pollution and taboo*. New York : Routledge & Kegan Paul, 2002.
- FERREIRA, Elisabeth apud GARCIA, Marco Aurélio. *O Gênero da Militância – notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política*. Cadernos Pagu (8/9) 1997: 326.
- GARCIA, Marco Aurélio. *O Gênero da Militância – Notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política*. Cadernos Pagu, vol 8/9, pp. 319-342. Campinas, SP, 1997.
- HERRERA, Mercedes. *Cada cual em su papel: hombre y mujer o etnografía del género*. Salamanca: Centro de Cultura Tradicional. Diputación Provincial, 1998.
- LEACH, Edmund. *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ROSALDO, Michelle apud SEGATO, Rita Laura. *Os percursos do gênero na Antropologia e para além dela*. Série Antropologia 236. Brasília, 1998.
- SEGATO, Rita Laura. *Os percursos do gênero na Antropologia e para além dela*. Série Antropologia 236. Brasília, 1998.
- SIGAUD, Lygia. *As condições de possibilidade das ocupações de terra*. Tempo Soc. [online]. 2005, vol. 17, no. 1 [citado 2007-10-19], pp. 255-280.
- SILVA, Cristiani Bereta da. *Gender relations and subjectivities in the building of Brazil's landless movement*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.
- STRATHERN, Marilyn. *Novas formas econômicas: um relato das terras altas da Papua-Nova Guiné*. Mana, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1998 .